

NÍVEL MÉDIO

Auxiliar de Administração, Auxiliar de Disciplina e Auxiliar de Enfermagem

Data: 21/10/2007

Duração: 3 horas

Turno: Manhã

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este caderno, com 40 (quarenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Português	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 40

b) Um **CARTÃO DE RESPOSTAS** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **CARTÃO DE RESPOSTAS**, com caneta esferográfica de tinta na cor **AZUL** ou **PRETA**.

04 - No **CARTÃO DE RESPOSTAS**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com **caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras; portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo:

<input type="checkbox"/> A	<input type="checkbox"/> B	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> D	<input type="checkbox"/> E
----------------------------	----------------------------	-------------------------------------	----------------------------	----------------------------

05 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.

06 - **SERÁ ELIMINADO** do Concurso Público o candidato que:

a) Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação

b) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **CARTÃO DE RESPOSTAS**.

Obs.: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova e somente poderá levar o Caderno de Questões faltando **UMA HORA PARA O TÉRMINO DAS PROVAS**.

07 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO DE RESPOSTAS**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Prova **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

PORTUGUÊS

LEIA O TEXTO ABAIXO E RESPONDA ÀS QUESTÕES DE Nº 01 A 10.

PARA ISSO HAVIA VINDO DO CEARÁ

5 Bem-Te-Vi morreu há quase dois anos, mas, no momento mesmo em que foi morto, nem bem o carregavam como um fardo, já ia rumo ao esquecimento. Reis são mortos e postos a toda hora na Rocinha. Naquele dia, ia vistoriar seus postos de comércio cercado por 12 seguranças, sua guarda pretoriana, mas não sabia que, no caminho, policiais com 4 mil munições estocadas numa quitinete esperavam por ele. Ninguém

Para isso havia vindo do Ceará. Para parar diante da quitinete às duas e tantas da madrugada daquele exato sábado, com seu cabelo pintado de vermelho, sua pistola Glock, seus 28 anos e a certeza de ter vencido na vida.

10 Quem lhe pôs o apelido de Bem-Te-Vi não pensou no alçapão. E o apelido deve ter sido posto antes dele virar bandido, porque bandido não tem apelido, tem codinome, e não ficaria bem a um bandido ser chamado como passarinho. Pelo menos não ao bandido que se sabia o mais procurado pela polícia, e que com seu celular se fotografou sorrindo, de peito nu, empunhando uma Uzi dourada. Àquele melhor caberia chamar-se Gavião.

15 Erismar, como havia sido batizado no começo de tudo, quando ainda não era possível – ou era? – prever sua trajetória, chegou no Rio aos 11 anos e aos 14 entrou para o tráfico. Os jovens que estão transformando as periferias de Paris em campo de batalha, incendiando carros e destruindo escolas, devem ter aproximadamente a mesma idade. Sim, é claro, os jovens franceses que a França abriga tão a contragosto, vindos das antigas colônias ou filhos de emigrantes, estão defendendo a sua cidadania, o seu direito à igualdade. Os jovens sempre descarregam em guerras o excesso de testosterona, e as causas nobres sempre justificam a guerra.

20 Um traficante não luta por causas nobres. Um traficante quando distribui presentes à comunidade e faz assistencialismo não é, à moda de Robin Hood, para redistribuir renda, mas para garantir convivência. Um traficante é uma variante de mercenário, faz guerra pelo butim e pela possibilidade, ainda que pequena, de vir um dia a ser chefe, com armas douradas, guarda de corpo e três mulheres.

25 Mas na sociedade do eu, que estimula a satisfação dos desejos e se esmera em multiplicá-los, na sociedade midiática em que 15 minutos de fama são meta mais recomendável do que uma digna vida obscura, na nossa sociedade que, após ter falsamente horizontalizado os bens e as marcas se volta agora para o luxo mais desenfreado e exclusivo, o dinheiro pode ser considerado uma causa suficientemente nobre para fazer-se soldado.

30 O reinado de Bem-Te-Vi não durou nem dois anos. O de Soul, seu sucessor, durou apenas dois dias. Ambos haviam acompanhado seu chefe, Lulu, e o haviam visto ser morto pela polícia.

Ambos sabiam que só teriam 15 minutos pela frente. Mas achavam que valia a pena. E nas favelas deste país, que só fazem crescer, há cada vez mais jovens pensando dessa maneira.

(Marina Colasanti – Jornal do Brasil, Caderno B – 6 de novembro de 2005, com adaptações)

01. O título do texto sugere:

- A) valorização desmedida
- B) ironia amarga
- C) respeito reverencial
- D) admiração incondicional
- E) desconfiança infundada

02. A afirmativa “Reis são mortos e postos a toda hora na Rocinha” (L.2) encontra exemplificação no segmento:

- A) “...bandido não tem apelido, tem codinome, e não ficaria bem a um bandido ser chamado como passarinho” (L.10/11)
- B) “Pelo menos não ao bandido que se sabia o mais procurado pela polícia, e que com seu celular se fotografou sorrindo, de peito nu, empunhando uma Uzi dourada.”(L.11/12)
- C) “Quem lhe pôs o apelido de Bem-Te-Vi não pensou no alçapão. E o apelido deve ter sido posto antes dele virar bandido, porque bandido não tem apelido”(L.9/10)
- D) “Um traficante não luta por causas nobres. Um traficante quando distribui presentes à comunidade e faz assistencialismo não é, à moda de Robin Hood...” (L.21/22)
- E) “O reinado de Bem-Te-Vi não durou nem dois anos. O de Soul, seu sucessor, durou apenas dois dias. Ambos haviam acompanhado seu chefe, Lulu, e o haviam visto ser morto pela polícia” (L.30/31)

03. “Quem lhe pôs o apelido de Bem-Te-Vi não pensou no alçapão” (L.9) – de acordo com o contexto, a palavra em destaque remete ao segmento:

- A) “...policiais com 4 mil munições estocadas numa quitinete esperavam por ele” (L.4)
- B) “e que com seu celular se fotografou sorrindo, de peito nu...” (L.11/12)
- C) “Os jovens que estão transformando as periferias de Paris em campo de batalha, incendiando carros e destruindo escolas...” (L.15/16)
- D) “...o dinheiro pode ser considerado uma causa suficientemente nobre para fazer-se soldado.” (L.28/29)
- E) “E nas favelas deste país, que só fazem crescer, há cada vez mais jovens pensando dessa maneira” (L.32/33)

04. “Nem bem o carregavam como um fardo...” (L.1/2) – neste segmento, utilizando o padrão formal da linguagem, se o pronome o pudesse ser deslocado para depois do verbo, resultaria:

- A) Nem bem carregavam-lhe como um fardo...
- B) Nem bem carregavam-lo como um fardo...
- C) Nem bem carregavam-no como um fardo...
- D) Nem bem carregavam ele como um fardo...
- E) Nem bem carregavam-o como um fardo...

05. “Para isso havia vindo do Ceará” – o verbo principal dessa frase é encontrado também no segmento:

- A) “...la vistoriar seus postos...” (L.3)
- B) “Ninguém os havia visto...” (L.4/5)
- C) “Erismar, como havia sido batizado...” (L.14)
- D) “...e o haviam visto ser morto...” (L.31)
- E) “...de vir um dia a ser chefe...” (L.23/24)

06. Classifica-se como coloquial a regência verbal presente em:

- A) “...nem bem o carregavam como um fardo...” (L.1/2)
- B) “Para parar diante da quitinete ...” (L.6)
- C) “Quem lhe pôs o apelido...” (L.9)
- D) “...chegou no Rio aos 11 anos...” (L.15)
- E) “O reinado de Bem-Te-Vi não durou nem dois anos” (L.30)

07. “...após ter falsamente horizontalizado os bens e as marcas...” (L.27) – a expressão em destaque pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, pela expressão presente em:

- A) ...após ter elegantemente desvirtuado a caracterização de bens e marcas...
- B) ...após ter adulterado traiçoeiramente a legitimidade dos bens e das marcas...
- C) ...após ter nivelado enganosamente o acesso aos bens e às marcas...
- D) ...após ter falhado propositalmente na erradicação dos bens e das marcas...
- E) ...após ter valorizado intencionalmente a aquisição de bens e o apego às marcas...

08. O segmento “...15 minutos de fama são meta mais recomendável do que uma digna vida obscura...” (L.26) pode ser reescrito corretamente, substituindo-se a expressão sublinhada por “preferível”, fazendo-se as devidas alterações, por:

- A) ...15 minutos de fama são meta preferível a uma digna vida obscura...
- B) ...15 minutos de fama são meta mais preferível do que uma digna vida obscura...
- C) ...15 minutos de fama são meta mais preferível que de uma digna vida obscura...
- D) ...15 minutos de fama são meta antes preferível que uma digna vida obscura...
- E) ...15 minutos de fama são meta muito preferível do que uma digna vida obscura...

09. “...às duas e tantas da madrugada...” – a frase correta quanto à necessidade de uso do sinal indicativo de crase é:

- A) Ele esperou de duas às três horas da madrugada.
- B) Ele esperou das duas às três horas da madrugada.
- C) Ele esperou das duas à três horas da madrugada.
- D) Ele esperou das duas as três horas da madrugada.
- E) Ele esperou de duas à três horas da madrugada.

10. “...se sabia o mais procurado pela polícia...” (L.11) – o adjetivo em destaque encontra-se no grau:

- A) superlativo absoluto sintético
- B) superlativo absoluto analítico
- C) superlativo relativo de superioridade
- D) superlativo absoluto erudito
- E) aumentativo

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONSIDERE O DECRETO 2.479/1979 – ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CÍVIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – E RESPONDA ÀS QUESTÕES DE Nº 11 A 16.

11. De acordo com o artigo 92, no absoluto interesse do serviço, as férias de um funcionário poderão ser interrompidas ou poderá ser admitido o seu parcelamento. As férias parceladas poderão ser gozadas em períodos de:

- A) dez dias ou de quinze dias
- B) oito dias ou de doze dias
- C) sete dias ou de quatorze dias
- D) seis dias ou de doze dias
- E) cinco dias ou vinte dias

12. O artigo 98 estabelece que, salvo por motivo de prestação de serviço militar, para acompanhar o cônjuge, para desempenho de mandato legislativo ou executivo, ou ainda em caso de doença, a juízo da junta médica, o funcionário só poderá permanecer de licença pelo prazo máximo de:

- A) 18 meses
- B) 36 meses
- C) 24 meses
- D) 12 meses
- E) 20 meses

13. A pena de suspensão de um funcionário será aplicada, dentre outros motivos, em caso de falta grave. O artigo 296 determina que a pena de suspensão será aplicada por um período máximo de:

- A) 120 dias
- B) 180 dias
- C) 90 dias
- D) 240 dias
- E) 150 dias

14. De acordo com o artigo 294, um funcionário poderá sofrer, em caso de negligência, a pena de advertência, que:

- A) é aplicada por escrito
- B) é publicada em diário oficial
- C) é aplicada verbalmente, sem qualquer registro ou comunicação
- D) é aplicada verbalmente e por escrito
- E) é aplicada verbalmente e comunicada ao órgão de pessoal

15. O artigo 298 determina que, no caso de embriaguez habitual em serviço, o funcionário estará sujeito à aplicação da pena de:

- A) advertência
- B) repreensão
- C) multa
- D) demissão
- E) destituição da função

16. Segundo o artigo 145, se um funcionário cumprir afastamento em razão de suspensão preventiva, durante esse período deixará de receber:

- A) 1/4 do vencimento
- B) 2/3 do vencimento
- C) 1/3 do vencimento e vantagens
- D) 2/3 do vencimento e vantagens
- E) 50% do vencimento

17. É admissível o *habeas corpus* no caso de:

- A) punições militares
- B) pena de multa
- C) valoração da pena
- D) indiciamento em inquérito policial
- E) extinção da punibilidade

18. Em relação ao *habeas data*, o interesse de agir nasce, por exemplo, quando há:

- A) sonegação da informação
- B) coação no ir e vir
- C) pretensão de extinção de multa
- D) ausência de regulamentação
- E) coação psicológica

19. Contra a prisão ilegal de um indivíduo, cabe:

- A) apelação
- B) *habeas data*
- C) mandado de injunção
- D) *habeas corpus*
- E) ação civil pública

20. “Cabe a todos os agentes públicos a completa subordinação à lei”. Essa afirmação está de acordo com a diretriz básica da conduta dos agentes da administração pública contida no princípio constitucional da:

- A) impessoalidade
- B) legalidade
- C) moralidade
- D) supremacia do interesse público
- E) autotutela

21. Dentre os princípios fundamentais que regem a administração pública, está a eficiência, que é alcançada quando o agente público:

- A) emprega meios e instrumentos que atendem a interesses pessoais
- B) cuida de somente fazer o que a lei antecipadamente autoriza
- C) realiza suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional
- D) garante que a coletividade tome conhecimento dos atos administrativos praticados
- E) age respeitando os padrões éticos dominantes

22. Contra um ato administrativo que, por exemplo, fira o princípio da moralidade, pode-se impetrar:

- A) mandado de injunção
- B) ação civil pública
- C) *habeas data*
- D) *habeas corpus*
- E) petição

23. O *habeas corpus* surge no Direito Brasileiro na Constituição de:

- A) 1937
- B) 1891
- C) 1988
- D) 1934
- E) 1946

24. O ato de improbidade administrativa fere fundamentalmente o princípio constitucional da:

- A) impessoalidade
- B) razoabilidade
- C) moralidade
- D) publicidade
- E) eficiência

25. Contra um ato do Poder Público caracterizado pela ilegalidade ou abuso do poder, qualquer pessoa pode utilizar o seguinte instrumento:

- A) mandado de injunção
- B) mandado de segurança
- C) boletim de ocorrência
- D) mandado de busca
- E) certidão de inteiro teor

26. Em seu artigo 88, o ECA relaciona algumas diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, dentre as quais, a municipalização do atendimento e a criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente. Nessas duas diretrizes estão presentes, respectivamente, os seguintes princípios propostos pelo ECA para a política de atendimento:

- A) centralização e delegação
- B) mobilização e fragmentação
- C) descentralização e participação
- D) federalização e sustentação
- E) impugnação e desconcentração

27. As medidas específicas de proteção, listadas no artigo 101 do ECA, com exceção da colocação em família substituta, podem ser aplicadas:

- A) somente pelo Juizado da Infância e da Juventude, em caso de ato infracional atribuído a criança ou adolescente
- B) pelos Conselhos de Direitos, destinadas somente a adolescentes em situação de risco social e de grave ameaça
- C) pelo Ministério Público, destinadas somente a adolescentes que tenham comprovadamente praticado ato infracional
- D) por qualquer autoridade pública municipal, em sua jurisdição, sempre que houver uma solicitação de pais ou responsável por criança ou adolescente
- E) pelos Conselhos Tutelares, sempre que os direitos de crianças e adolescentes forem ameaçados ou violados

28. Em seu artigo 129, o ECA enumera diversas medidas aplicáveis aos pais ou responsável, em defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar, entendida como o direito de serem criados no seio de uma família, de preferência sua família natural, e, se for necessário, em família substituta. Algumas dessas medidas, o ECA declara ser competência da Justiça da Infância e da Juventude, não podendo ser aplicadas pelos Conselhos Tutelares, como, por exemplo:

- A) advertência e inclusão em programa oficial de proteção à família
- B) destituição da tutela e suspensão do poder familiar (antigo pátrio poder)
- C) revogação da adoção e obrigação de encaminhar a criança ou o adolescente a tratamento especializado
- D) encaminhamento a tratamento psiquiátrico e suspensão do poder familiar
- E) determinação de adoção e encaminhamento a curso ou programa de orientação

29. O ECA introduz algumas inovações em relação ao processo de adoção de criança ou adolescente, como o fato de passar a ser apreciada pelo Poder Judiciário e deferida mediante sentença, com caráter irrevogável. Uma outra novidade é a determinação de que a adoção:

- A) depende da concordância do adotando, quando maior de doze anos de idade
- B) independe do consentimento dos pais ou responsáveis, em qualquer hipótese
- C) depende de parecer do Conselho Tutelar, depois de ouvidos o adotando e os adotantes
- D) independe da vontade do adotando, desde que haja o consentimento dos pais ou responsável
- E) depende fundamentalmente da melhor condição econômica dos adotantes, em relação à família natural do adotando

30. Considerando-se que muitas vezes os direitos da criança e do adolescente são violados pelo próprio Estado, a questão do nível de autonomia dos Conselhos Tutelares assume grande importância. Sobre essa autonomia, é correto afirmar que os Conselhos Tutelares:

- A) são diretamente subordinados ao Ministério Público, que os mantém, mas autônomos em relação à administração pública
- B) são absolutamente autônomos em relação à administração municipal, subordinando-se ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e dos Adolescentes
- C) estão subordinados apenas às secretarias municipais da área social, gozando de autonomia em relação aos órgãos estaduais
- D) desfrutam de autonomia completa em relação ao Poder Público de qualquer esfera, uma vez que são mantidos por organizações da sociedade civil
- E) estão desvinculados, quanto às suas decisões, dos órgãos da administração pública, mas sujeitos à fiscalização do Ministério Público

31. O artigo 94 do ECA relaciona obrigações que devem ser cumpridas pelas entidades que desenvolvem programas de internação de adolescentes. Em relação à questão de crença e culto religioso, essas entidades devem propiciar assistência religiosa, na seguinte condição:

- A) de cunho ecumênico e participação obrigatória, desde que aprovada pelos pais ou responsável
- B) oferecida àqueles que desejarem e atendendo à orientação religiosa de escolha do adolescente
- C) de participação obrigatória, desde que não haja conflito com a crença religiosa da criança ou adolescente
- D) de participação obrigatória e, em se tratando de crianças, seguindo a orientação religiosa dos pais
- E) oferecida àqueles que desejarem, cabendo aos pais ou responsável a definição da crença religiosa a ser seguida

32. O ECA, em seu artigo 100, recomenda que o Conselho Tutelar ou o Juizado da Infância e da Juventude, ao escolher a medida de proteção adequada a uma criança ou a um adolescente, deve dar preferência àquela que atender aos seguintes objetivos fundamentais:

- A) atenuar a carência econômica da família natural da criança ou adolescente e promover a sua preparação para ingresso no mercado de trabalho
- B) promover a participação da criança ou adolescente em atividades remuneradas e oferecer atendimento psicológico especializado
- C) atender às necessidades pedagógicas da criança ou adolescente e fortalecer os seus vínculos familiares e comunitários
- D) prevenir a possibilidade de maus-tratos na família natural da criança ou adolescente e atender à sua necessidade de acompanhamento médico
- E) promover o progressivo enfraquecimento dos laços familiares da criança ou adolescente e procurar encaminhar a sua colocação em família substituta

33. De acordo com o artigo 104 do ECA, são consideradas inimputáveis e sujeitas apenas às medidas previstas no Estatuto as pessoas menores de:

- A) dezoito anos
- B) quatorze anos
- C) doze anos
- D) vinte e um anos
- E) dezesseis anos

34. Ocorrendo a apreensão de um adolescente, a sua internação em entidade, antes da sentença, só pode ser decretada pela autoridade judiciária e pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias. Esse prazo corresponde:

- A) ao prazo legal máximo para a preparação e apresentação da defesa do adolescente
- B) ao tempo reservado à elaboração, pela entidade, de relatório completo sobre o adolescente
- C) ao prazo máximo previsto para a conclusão da apuração do ato infracional
- D) ao tempo destinado à localização e à convocação dos pais ou responsável pelo adolescente
- E) ao período destinado à elaboração do perfil sociopsicológico do adolescente

35. Ao tratar das medidas socioeducativas, o ECA preocupa-se em estabelecer as condições para a sua aplicação. Em relação à prestação de serviços comunitários, determina que o período para cumprimento dessa medida não pode ser maior do que:

- A) dois meses
- B) quatro meses
- C) dezoito meses
- D) doze meses
- E) seis meses

36. Em relação à aplicação a um adolescente da medida de internação, por força de uma determinada infração cometida, o ECA estabelece diretrizes em relação ao princípio da brevidade da medida. Sendo assim, a internação não tem prazo determinado, deve ser reavaliada no máximo a cada seis meses e em nenhuma hipótese o seu período máximo poderá exceder:

- A) a um ano
- B) a dois anos
- C) a cinco anos
- D) a três anos
- E) a quatro anos

37. O artigo 172 do ECA determina que, quando um adolescente é apreendido em flagrante de ato infracional, deve ser, desde logo, encaminhado:

- A) à autoridade policial competente
- B) a um programa específico de atendimento, conforme o caso
- C) ao Conselho Tutelar
- D) aos seus pais ou ao seu responsável
- E) à entidade de internação mais próxima

38. Segundo o artigo 238 do ECA, prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa constitui:

- A) um ato de contravenção, sujeito à prisão em flagrante
- B) um ato culposo, sujeito à perda do poder familiar
- C) um crime contra a honra, sujeito à multa e ressarcimento dos danos
- D) um crime, sujeito à pena de reclusão de um a quatro anos, e multa
- E) um ato de improbidade, sujeito à inquérito policial sumário

39. Decretada a internação de um adolescente pela autoridade judiciária, o artigo 185 do ECA determina que a medida:

- A) poderá ser cumprida em repartição policial, pelo prazo máximo de dois meses
- B) não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional
- C) somente poderá ser cumprida em entidade de internação aprovada pelo adolescente
- D) deverá ser cumprida em entidade para abrigo de adolescentes
- E) poderá ser cumprida na residência do adolescente, sob responsabilidade dos pais

40. Segundo o artigo 201 do ECA, promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes é uma atribuição:

- A) do Conselho Tutelar
- B) da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente
- C) da entidade pública de assistência social
- D) do Ministério Público
- E) de organização não-governamental de defesa da cidadania